



Proposição: PLEI - Projeto de Lei
Número: 000103/2025
Processo: 10653-00 2025

Parecer Juraci Scheffer - Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira

PARECER AO PROJETO DE LEI 103/2025

À Divisão de Acompanhamento de Processo Legislativo

Em despacho de fls. foi dado vista a este Vereador que subscreve a respeito do Projeto de Lei 103/2025, que **"Regulamenta a concessão do auxílio para tratamento fora do domicílio (TFD) no Município de Juiz de Fora e dá outras providências."**

No que tange ao cumprimento legal do referido projeto de lei, o mesmo preenche os requisitos legais conforme disposto no artigo 26 da Lei Orgânica do Município de Juiz de Fora, que reconhece como atribuições da Câmara Municipal legislar sobre quaisquer matérias de interesse e competência legal do Município, como também os artigos 159 e 160 do Regimento Interno da Câmara Municipal que dispõe, entre as modalidades da Câmara Municipal, proposição de Projetos de Lei.

Em Parecer emitido pela Douta Procuradoria desta Casa Legislativa, manifestou pela legalidade e constitucionalidade desta proposição legislativa.

Ao analisarmos o tema legal que ora se apresenta, o mesmo não invade matéria privativa do Chefe do Poder Executivo e nem cria despesa orçamentária por ser um serviço de organização interna da Secretaria de Saúde para atendimento ao público dentro da sua rotina de atendimento à população, podendo também solicitar autorização para abertura de crédito orçamentário para o seu cumprimento se necessário, ou ser lançado para o orçamento do próximo exercício financeiro. Outrossim, o presente projeto de lei, além de estar em consonância com o artigo 30, inciso I da Constituição Federal, que reconhece a legitimidade dos municípios em legislar assuntos de interesse local, também caminha alinhado aos princípios constitucionais fundamentais e sociais do direito à vida através de uma saúde pública, acessível e de qualidade, em vista da dignidade humana e do bem estar humano e social, visto que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. nos termos dos artigos 5º, 6º, e 196 da Constituição Federal.

Quanto ao mérito da presente proposição legislativa, a mesma tem como objetivo regulamentar, de maneira clara e eficaz, o acesso ao Tratamento Fora do Domicílio (TFD) no Município de Juiz de Fora, garantindo um direito fundamental à população que necessita de tratamento especializado fora da cidade. Muitos municípios enfrentam dificuldades para obter atendimento adequado em Juiz de Fora, devido à indisponibilidade de determinados procedimentos na rede local do SUS. A regulamentação do TFD é essencial para assegurar que essas pessoas tenham acesso a diagnósticos e tratamentos que podem salvar vidas, respeitando o princípio da equidade na saúde pública. O projeto visa oferecer suporte financeiro para transporte, alimentação e hospedagem quando necessário, minimizando o impacto econômico sobre as famílias de baixa renda. Além disso, estabelece critérios objetivos para a concessão do benefício, prevenindo fraudes e



garantindo a alocação eficiente dos recursos públicos. Com esta regulamentação, buscamos consolidar um compromisso com a justiça social e com a garantia do direito à saúde, oferecendo aos cidadãos de Juiz de Fora um serviço mais eficiente, organizado e transparente.

Isto posto, por preencher todos os requisitos legais e não incorrer em inconstitucionalidade ou qualquer outro vício jurídico e político, manifestamos nossa aquiescência ao Projeto de Lei 103/2025, que **"Regulamenta a concessão do auxílio para tratamento fora do domicílio (TFD) no Município de Juiz de Fora e dá outras providências"** toda justiça e dignidade a que faz jus por sua prestação em favor do interesse público e do bem comum, alinhada aos princípios constitucionais fundamentais e sociais do direito à vida através de uma saúde pública, acessível e de qualidade, em vista da dignidade humana e do bem estar humano e social, razão pela qual liberamos a presente matéria legislativa para o seu devido prosseguimento e tramitação até o Plenário onde manifestaremos nosso voto à presente proposição legislativa.

Palácio Barbosa Lima, 22 de abril de 2025.



Juraci Scheffer
Vereador Juraci Scheffer - PT

